



Eixo 3 – Formação e identidade profissional

## Bibliotecas dos Institutos Federais e *práxis* bibliotecária

*Libraries of Federal Institutes and library praxis*

**Carolina Carvalho Rodrigues** – Universidade Federal Fluminense (UFF) –  
carolinacr.estudos@gmail.com

**Elisabete Gonçalves de Souza** – Universidade Federal Fluminense (UFF) –  
elisabetegs@id.uff.br

**Thais da Silva Alves** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) – alves.thais@ifrj.edu.br

**Resumo:** Objetiva identificar elementos identitários das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Tem como fundamentos o trabalho como princípio educativo (Gramsci, 2000; Saviani, 2022), as cidadanias informacional e cultural (Chauí, 2024; González de Gómez, 1999), os fundamentos político-pedagógicos dos Institutos (Pacheco, 2015) e a *práxis* bibliotecária (Targino, 1997). Pesquisa teórica, social e qualitativa de objetivos exploratórios pautada em pesquisa bibliográfica e documental. Identifica quatro elementos: visão integrativa (profissional-tecnológica-científica-cultural); democratização dialógica da informação; correlação entre a infraestrutura, verticalização do ensino e padrões de pessoal; trabalho sistêmico. Considera imperativa a orientação dessas bibliotecas para a transformação social.

**Palavras-chave:** Biblioteca institucional. Cultura organizacional. Bibliotecários.

**Abstract:** This study aims to identify identity elements of the libraries of the Federal Institutes of Education, Science and Technology. It is based on work as an educational principle (Gramsci, 2000; Saviani, 2022), informational and cultural citizenship (Chauí, 2024; González de Gómez, 1999), the political-pedagogical foundations of the Institutes (Pacheco, 2015), and library *praxis* (Targino, 1997). This is a theoretical, social, and qualitative research with exploratory objectives, based on bibliographic and documentary evidence. It identifies four elements: an integrative vision (professional-technological-scientific-cultural); the dialogical democratization of information; the correlation between infrastructure, verticalization of education, and personnel standards; and systemic work. It considers the orientation of these libraries towards social transformation to be imperative.

**Keywords:** Institutional libraries. Culture of work. Librarians.



## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho trata das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (doravante Institutos Federais) com o objetivo de identificar elementos identitários que coadunem a *práxis* bibliotecária proposta por Maria das Graças Targino (1997), os fundamentos político-pedagógicos dessas instituições de ensino brasileiras (Pacheco, 2015), as abordagens referentes à centralidade do trabalho como princípio educativo (Gramsci, 2000; Saviani, 2022) e as cidadanias informacional e cultural (Chauí, 2024; González de Gómez, 1999).

A decolonialidade da perspectiva do trabalho como princípio educativo se manifesta na concepção de educação defendida, voltada para a emancipação da classe trabalhadora e para a valorização do saber sistematizado como instrumento de luta contra a dominação cultural e social. Esta concepção pedagógica não se restringe aos currículos e atravessa as instituições internas que lhe dão suporte, como as bibliotecas. Como pensar em tipologia de biblioteca para os Institutos Federais (IF) sem considerar estas reflexões? É um ponto de inflexão nos debates sobre o papel das bibliotecas nos IF, mas que consideramos fundamental para a discussão.

Atualmente existem quatro definições acerca da tipologia das bibliotecas dos IF: multinível (Moutinho, 2014), mista (Becker; Faqueti, 2015), educativa pública (Brandão; Freire; Perucchi, 2023) e epetiana (Faria, 2025). A busca por uma tipologia se aproxima da ideia de identidade institucional, por isso, não podemos separá-la de sua base epistemológica: a concepção de ensino que atravessa os IF, a qual, independentemente das realidades locais, compartilha – ou deveria compartilhar – uma mesma proposta político-pedagógica.

O artigo é justificado por dois motivos: o conceito de *práxis* integrar o projeto dos IF desde sua concepção (Pacheco, 2015) e a ausência de consenso sobre a tipologia das bibliotecas dos IF após dezessete anos da promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, normativa que criou essas instituições de ensino (Brasil, [2026]). Observamos que no XIII Seminário Brasileiro de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (SBBI), realizado em novembro de 2025 no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), essas discussões levaram à demanda de criação de um grupo de trabalho (GT) dedicado à tipologia no âmbito da



Comissão Brasileira de Bibliotecas da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (CBBI) (Oliveira, 2026).

Nessa direção, buscamos contribuir para o debate em torno das tipologias, no sentido de que se identifiquem elementos contextualizados e pautados na cidadania para avaliar as propostas tipológicas para as bibliotecas do IF. Nossa busca parte de reflexões pautadas na ideia do trabalho como princípio a nortear o ensino técnico e tecnológico não apenas em sua dimensão pragmática/profissional, mas também voltada para a formação humana, entendendo a educação como estratégia de emancipação da classe trabalhadora. No campo das bibliotecas, essa perspectiva deve orientar a *práxis* de seus profissionais, assim como os serviços e produtos informacionais que serão oferecidos à comunidade.

Na seção subsequente, detalhamos a pesquisa realizada a partir de posicionamentos epistemológicos, metodológicos e técnicos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A abordagem do estudo é crítica, pois entendemos a realidade num viés histórico, como produto das relações de poder assimétricas que replicam a heterogeneidade social (Leckie; Buschman, 2010, p. x). Nesse sentido, refletir sobre a *práxis* bibliotecária demonstra preocupação teórico-prática para a transformação da realidade em direção à equitatividade e à decolonialidade (Quijano, 2015, p. 373). Ainda que grupos sociais diversos busquem diferentes resultados dessa transformação, **eles** compartilham certas aspirações históricas “[...] contra a dominação, a exploração e a discriminação: a igualdade social de indivíduos heterogêneos, a liberdade de pensamento e de expressão de todos esses indivíduos [...]” (Quijano, 2015, p. 376, tradução nossa)<sup>1</sup>, dentre outros.

Por extensão dessa visão de mundo, usamos a primeira pessoa do plural na redação para indicar a indissociabilidade entre objeto de estudo e pessoa pesquisadora.

Com base nesses pressupostos epistemológicos, nas subseções a seguir são apresentados os procedimentos metodológicos e referenciais conceituais da pesquisa.

---

<sup>1</sup> No original: “[...] *contra la dominación, la explotación, la discriminación: la igualdad social de individuos heterogéneos, la libertad de pensamiento y de expresión de todos esos individuos [...]*” (Quijano, 2015, p. 376).



## 2.1 Procedimentos metodológicos

A pesquisa é caracterizada como teórica (básica), social e qualitativa de objetivos exploratórios, com emprego do método de pesquisa bibliográfica (Marconi; Lakatos, 2021a, 2021b), a partir de revisão narrativa da literatura (Rother, 2007), em quase sua totalidade. Já o método de pesquisa documental foi utilizado para identificação das autorias via perfis da plataforma Currículo Lattes<sup>2</sup> e do quadro normativo da educação brasileira, especificamente com relação aos Institutos Federais.

Para a identificação dos elementos identitários proposto, foram realizadas cinco etapas. Foram elas:

- a) leitura de texto sobre o projeto dos IF (Pacheco, 2015);
- b) identificação de características do projeto de instituição de ensino;
- c) leitura de texto sobre a *práxis* bibliotecária (Targino, 1997);
- d) identificação das possibilidades de efetivação da *práxis* bibliotecária;
- e) redação dos elementos a partir de comparação entre os resultados das etapas b e d à luz do trabalho como princípio educativo e das cidadanias informacional e cultural.

Por fim, sobre ferramentas, explicitamos o uso do *Google Tradutor*<sup>3</sup> para tradução e versão de textos durante a pesquisa.

## 2.1 Referencial teórico

Neste artigo, partimos das abordagens do trabalho como princípio educativo e das cidadanias cultural e informacional. A primeira perspectiva é base teórica do projeto dos Institutos Federais e se refere à organização da educação profissional no Brasil sob a dialética das relações entre as categorias trabalho e educação, em especial suas discussões sobre a escola unitária proposta por Antonio Gramsci, sua relação com os processos de reforma intelectual e moral, da formação de dirigentes e da construção da hegemonia, numa visão decolonial com a fundamentação calcada no marxismo. Por sua vez, a segunda está alinhada às discussões da Biblioteconomia e da Ciência da Informação ao tratar de direitos relacionados à informação e à cultura, marcadores de

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/>.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://translate.google.com>.



sociedades democráticas, conforme estudos de Maria Néida González de Gómez (1999) e Marilena Chauí (2024).

Assim, na próxima seção, debruçamo-nos em discussões teórico-conceituais para tratar dos fundamentos político-pedagógicos dos IF e da *práxis* bibliotecária a fim de identificar elementos identitários das bibliotecas dessas instituições de ensino. A referência dos fundamentos é Eliezer Pacheco, historiador brasileiro que atuava como titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) no Ministério da Educação (MEC) quando a Lei dos IF foi promulgada (Eliezer..., 2024). Já a referência da *práxis* bibliotecária é Maria das Graças Targino, bibliotecária e jornalista brasileira com notável atuação na produção científica das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação (Cunha; Santos, 2025, p. 308; Maria..., 2026).

### 3 DISCUSSÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

Nesta seção, promovemos o diálogo entre as abordagens teóricas (trabalho como princípio educativo e cidadania informacional e cultural) e conceituais (fundamentos político-pedagógicos dos IF e *práxis* bibliotecária) do artigo.

#### 3.1 O trabalho como princípio educativo

A Educação Profissional, historicamente, ficou em segundo plano nas legislações educacionais brasileiras. Apenas com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - é que ela passou a ser considerada uma das modalidades de ensino da Educação Básica.

De acordo com a LDB (Brasil, [2026a], art. 2), a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Esses objetivos, quando lidos sob a ótica da educação liberal, aproximam-se da ideia de uma educação restrita à qualificação profissional, nos limites de uma cidadania subordinada à aquisição de bens de consumo, laureada por discursos meritocráticos.

Por meio do Decreto n. 5.154 (Brasil, 2004) buscou-se superar essa contradição, ao destacar que a educação profissional implica na integração entre trabalho como princípio educativo, a ciência como criação e recriação pela humanidade de sua natureza e cultura, portanto, deve-se articular no espaço escolar “[...] um conjunto de categorias



e práticas educativas que desenvolvam uma formação integral do sujeito trabalhador”. (Medeiros Neta, Assis, Lima, 2016, p. 111).

No Art. 1, Inciso III, o referido Decreto destaca a relação entre teoria e prática, devendo para isso o currículo oferecer “[...] atividades tais como pesquisas, projetos, estágios, além de outras correlatas a cada curso, contribuindo, dessa forma, para que a relação teoria-prática esteja presente em todo o percurso formativo (Brasil, 2004).

No Art. 3, inciso II, essa relação fica mais detalhada, ao se destacar que a matriz curricular dos cursos técnicos de nível médio integrados deve ter “uma parte diversificada voltada para uma maior compreensão das relações existentes no mundo do trabalho e para uma articulação entre esse e os conhecimentos acadêmicos [...] comum a todos os cursos (Brasil, 2004), estabelecendo uma interlocução entre os conhecimentos voltados à prática profissional e os conhecimentos científicos e culturais.

Conforme explicam Medeiros Neta, Assis e Lima (2016, p. 111), a formação integral “sugere a superação da histórica divisão social do trabalho em que uns pensam e planejam e outros executam”. Implica uma ruptura com um modelo de educação elitista e dual, “[...] destinado a suprir uma parcela da sociedade com o saber acadêmico, tradicional e elitizado, e a maioria da população com um saber técnico, fragmentado e destinado a suprir as carências do mercado de trabalho”.

A integração do ensino médio à educação profissional pressupõe práticas educativas voltadas à formação de sujeitos sociais capazes de interpretar criticamente as relações de trabalho em que estão inseridos, assim como as relações de poder que se constituem no contexto social e político (Medeiros Neta; Assis; Lima, 2016).

Aproximando-nos dos escritos de Gramsci (2000), retomamos a centralidade do trabalho sob a perspectiva da educação para a emancipação humana, cuja ideia-força reside em conduzir cada indivíduo à condição de ser dirigente e de controlar quem dirige. Contudo, como esclarece o autor, esse objetivo só será alcançado se a escola mobilizar elementos básicos e gerais do conhecimento no sentido de “explicitar com o conhecimento (objeto específico do processo de ensino), isto é, como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção” (Saviani, 2022, f. 4).

Em termos político e pedagógicos, esse tipo de abordagem envolve a construção de currículos críticos que explicitem como o saber se articula com o processo produtivo



e como este se articula com a sociedade em que estão inseridos. Trata-se de uma concepção de educação que estará para além dos planos de ensino se reverberando nas bibliografias e leituras das disciplinas, nas coleções das bibliotecas e na *práxis* de seus profissionais.

### 3.2 As cidadanias informacional e cultural

Para ampliar a caracterização da cidadania, consideramos necessário aliar a noção do trabalho como princípio educativo à informação e à cultura, elementos que são capturados como trabalho a partir de Chauí (2024). Os direitos relacionados a esses elementos são compostos, o que demonstra sua complexidade. São, respectivamente, os direitos a informar, a informar-se e a ser informada (González de Gómez, 1999, p. 80) e os direitos de criar obras culturais, de acessá-las, de fruir aquelas já produzidas e de “[...] participar das decisões sobre políticas culturais” (Chauí, 2024).

Ao adicionar as dimensões da informação e da cultura, explicitamos a relação dialógica necessária ao desenvolvimento da cidadania: a produção de saber na sociedade circula, de mesmo modo que o acesso deve ser amplo. A partir disso, a inserção das bibliotecas em um território deixa o lugar de imposição e se torna um movimento contínuo: da sociedade para as bibliotecas e das bibliotecas para a sociedade.

### 3.3 Os Institutos Federais

Oficialmente criados em dezembro de 2008, os IF estão alinhados à equitatividade desde sua concepção. Segundo Eliezer Pacheco (2015, p. 14, p. 25), o projeto educacional intenciona “[...] superar a matriz Universidade/Escola Técnica, que corresponde a um estado hierarquizado do conhecimento, combinado com a estratificação das classes sociais, ou seja, Universidade para a elite e escola técnica para os trabalhadores” e objetiva “[...] a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível”. Assim, podemos afirmar que a orientação pedagógica dessas instituições de ensino é integral (completa) e embasa-se na ideia do trabalho como princípio educativo uma vez que



Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana [...]. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (Pacheco, 2015, p. 16).

Como características identitárias dessa instituição de ensino, destacam-se a organização pedagógica pluricurricular multinível e a territorialidade *multicampi*. Referente à primeira, o ensino dos IF é verticalizado e atende desde a educação básica até a pós-graduação, com enfoque no ensino técnico de nível médio (seja para concluintes do fundamental, seja para jovens e adultos) e no ensino superior para formação de professores (licenciaturas) (Brasil, 2026b, arts. 7–8; Pacheco, 2015, p. 13). Já a segunda demonstra a necessária pluralidade no contexto de heterogeneidade social: a estrutura é descentralizada e deve-se situar histórica e geograficamente a fim de contribuir para o local em que estão inseridos e sua região (Pacheco, 2015, p. 13, p. 15).

Nas discussões sobre a territorialidade, a emancipação e o diálogo presente nas bases teóricas desse estudo encontram eco. “Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigá-lo para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus”, de mesmo modo que “O desenvolvimento local, regional ou nacional não pode prescindir do domínio, da produção e da democratização do conhecimento” (Pacheco, 2015, p. 19). Assim, os IF elegem “[...] como princípio de sua prática educacional a prevalência do bem social sobre os demais interesses [...]”, o que encaminha as discussões rede (Pacheco, 2015, p. 16, p. 18).

É a partir da concepção de rede que se entende qual diálogo está no horizonte dos IF. É “[...] o compartilhamento real em uma rede multilateral, heterogênea e dinâmica, a partir de uma postura dialógica que objetive a reestruturação de laços humanos” (Pacheco, 2015, p. 20), o que deve direcionar as bibliotecas, que nessas instituições de ensino, constituem um dos “[...] facilitadores para um trabalho educativo de qualidade, **que deve estar acessível a todos**” (Pacheco, 2015, p. 22, grifo nosso).

Por fim, o diálogo em rede não sobrepuja a autonomia dos IF. Pelo contrário, o exercício da autonomia só pode vir a ser “[...] nos limites de um projeto de nação esculpido democraticamente pela população. E à sociedade devem estar submetidos os



interesses específicos de qualquer representação, por mais legítimos que sejam” (Pacheco, 2015, p. 27). Essa autonomia, contudo, deve ser pensada por IF e não por cada *campus*, o que remonta as correlações infraestruturais previstas nos modelos de dimensionamento de cargos e funções dos IF e das tipologias dos *campi* (Brasil. Ministério da Educação, 2026).

### 3.4 As bibliotecas dos Institutos Federais à luz da *práxis* bibliotecária

Outra construção oriunda de uma perspectiva crítica marxiana é a *práxis* bibliotecária traçada por Maria das Graças Targino (1997), que tem como base específica a filosofia da *práxis*. Segundo a autora, *práxis* é “[...] o conjunto das ações humanas que visam a criar as condições essenciais à existência da sociedade e, particularmente, à atividade material e/ou à produção”, enquanto a *práxis* bibliotecária consiste em “[...] ações engendradas pelos profissionais de informação direcionadas ao crescimento e desenvolvimento humano, haja vista que o valor da *práxis* reside na sua função social” (Targino, 1997, p. 26). Deste modo, a transformação social a partir das ações das pessoas bibliotecárias é um imperativo, o que toma contornos mais visíveis ao serem subordinadas a uma instituição de objetivo social como os IF.

A partir das observações teórico-conceituais aqui apresentadas, identificamos os elementos abaixo como identitários das bibliotecas dos IF:

- a) visão integrativa (profissional-tecnológica-científica-cultural) para pessoas leitoras, para inteligibilidade do material informacional e para áreas do conhecimento;
- b) democratização da informação pautada em diálogo ativo e equitativo para que a biblioteca vá à comunidade e, de forma semelhante, traga para seu espaço pessoas de diferentes classes e os saberes regionais;
- c) correlação entre a infraestrutura das bibliotecas, a verticalização do ensino, os modelos de dimensionamento de cargos e funções e as tipologias dos *campi*;
- d) trabalho sistêmico entre as bibliotecas.

Assim, ao se relacionar com a comunidade numa perspectiva equitativa de incluir na biblioteca as pessoas, seus conhecimentos e seus saberes, será fomentada tanto a



formação integral almejada pelos IF, quanto as diferentes instâncias dos direitos à informação e à cultura (Chauí, 2024; González de Gómez, 1999).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pautado nas abordagens da teoria crítica marxiana sobre os fundamentos político-pedagógicos da educação profissional no Brasil e nas cidadanias informacional e cultural, o artigo ressalta a importância de pensar uma identidade para as bibliotecas dos IF que apresente aderência a essas perspectivas teóricas, no sentido de agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho, sem deixar de afirmar o sentido ontológico da categoria trabalho enquanto princípio educativo, orientado para uma formação humana integral. Tal perspectiva visa à formação de pessoas trabalhadoras e cidadãos críticos, capazes de agir politicamente como dirigentes e de avaliar aqueles que as governam.

No campo da Biblioteconomia, implica formular uma política de gestão e desenvolvimento de coleções fundamentada nos sentidos filosófico e epistemológico da educação concebida como formação humana omnilateral. Tal perspectiva pressupõe a integração unitária das dimensões fundamentais da vida: trabalho, conhecimento e cultura, bem como o entendimento dos fenômenos naturais e sociais como síntese do pensamento humano. Implica também em desenvolver ações de mediação bibliotecária que estimulem práticas informacionais, de estudo e de pesquisa, que permitam à comunidade escolar caminhar em direção a uma dimensão efetivamente humana em que a arte, a ciência, a ética, a política e a cultura se articulem em prol construção do cidadão como ser social e político.

Nessa perspectiva, a prática biblioteconômica no IF evidencia a importância do bibliotecário como agente educador, na medida em que sua atuação ultrapassa a dimensão técnico-operacional e se insere no processo formativo da comunidade acadêmica. Tal compreensão reforça que a biblioteca não deve ser percebida apenas como um espaço de apoio, mas como uma instância educativa e comprometida com a democratização do acesso à informação. Dessa forma, a atuação bibliotecária, ancorada na mediação, na intencionalidade pedagógica e no compromisso social, reafirma o papel das bibliotecas dos IF como espaço de formação, diálogo e emancipação.



Para a continuidade da pesquisa, vislumbramos a avaliação das propostas tipológicas à luz dos elementos aqui identificados, assim como o aprofundamento dos elementos a partir de discussões teóricas sobre acessibilidade, cidadania e/ou filosofia da *práxis* e de reflexões normativas com base na legislação e nas associações profissionais.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Caroline da Rosa Ferreira; FAQUETI, Marouva Fallgatter. **Panorama sobre as bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: um olhar sobre a gestão**. Blumenau, SC: IFC, 10 dez. 2015. Disponível em: <https://editora.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/39/2022/12/Panorama-das-bibliotecas-da-Rede-Federal-de-Educacao-Profissional-Cientifica-e-Tecnologica-versao-final.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2026.

BRANDÃO, Jobson Louis Almeida; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; PERUCCHI, Valmira. Biblioteca educativa pública nos Institutos Federais: identidade, finalidade, função, natureza e perspectivas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S.l.], v. 28, p. 1–18, 3 jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.89493>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/89493>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2026a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 16 maio 2026.

BRASIL. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 12. jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2026b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 4 abr. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria MEC nº 327, de 15 de abril de 2026. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v. 71–C, Seções 1 - Extra C, 2026. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mec-n-327-de-15-de-abril-de-2026-699855848>. Acesso em: 16 maio 2026.

CHAUÍ, Marilena. Cultura, democracia e socialismo. In: CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: política cultural e cultura política novas**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 23 jul. 2024. (Escritos de Marilena Chauí, 7). *E-book*.



CUNHA, Murilo Bastos da; SANTOS, Gildenir Carolino. **Dicionário histórico da Biblioteconomia**. Campinas, SP: Biblioteca Central César Lattes, 31 out. 2025. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/omp/index.php/ebooks/catalog/book/185>. Acesso em: 20 abr. 2026.

ELIEZER MOREIRA PACHECO. **Currículo Lattes**. 23 jul. 2024. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2085602628071674>. Acesso em: 11 abr. 2026.

FARIA, Fernanda Imaculada. **A gestão das bibliotecas epetianas enquanto unidade organizacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: um estudo quali-quantitativo**. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Câmpus Uberaba Parque Tecnológico, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2025. Disponível em: <https://repositorio.iftm.edu.br/acervo/detalhe/41094?i=14>. Acesso em: 4 abr. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 67–93, abr. 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: temas de cultura**. Ação católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000.

LECKIE, Gloria J.; BUSCHMAN, John. Introduction: the necessity for theoretically informed critique in Library and Information Science (LIS). In: LECKIE, Gloria J.; GIVEN, Lisa M.; BUSCHMAN, John (org.). **Critical theory for Library and Information Science: exploring the social from across the disciplines**. Santa Barbara, Calif: Libraries Unlimited, 2010. p. vii–xxii.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 11 jun. 2021a. *E-book*.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 9. ed. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2021b. *E-book*.

MARIA DAS GRAÇAS TARGINO MOREIRA GUEDES. **Currículo Lattes**. 8 abr. 2026. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2459023723937220>. Acesso em: 11 abr. 2026.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes; ASSIS, Sandra Maria; LIMA, Aline Cristina Silva. Trabalho como princípio educativo: uma possibilidade de superação da dualidade educacional no ensino médio integrado. **Revista Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 2, n. 05, 2016. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/846>. Acesso em: 12 jun. 2026.

MOUTINHO, Sonia Oliveira Matos. **Práticas de leitura@ na cultura digital de alunos do ensino técnico integrado do IFPI - Campus Teresina Sul**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2014. Disponível em:



<https://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3075/00000A51.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 abr. 2026.

OLIVEIRA, Patrícia Regina de. **Assembleia Geral de Bibliotecários da Rede Federal**. Hidrolândia: Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 9 fev. 2026. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1MWzJBo6jTM4kOxnYtBrKTMI0s8OmbpfU/edit?usp=sharing&oid=100910145226122941657&rtpof=true&sd=true>. Acesso em: 16 maio 2026.

PACHECO, Eliezer. Fundamentos da proposta político-pedagógica. In: PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal, RN: IFRN, 26 nov. 2015. p. 13–28. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1018>. Acesso em: 21 nov. 2025.

QUIJANO, Aníbal. “Bien Vivir”: entre el “desarrollo” y la descolonialidad del poder. In: BIALAKOWSKI, Alberto L.; CATHALIFAUD, Marcelo Arnold; MARTINS, Paulo Henrique (org.). **El pensamiento latinoamericano**: diálogos en ALAS: sociedad y sociología. Buenos Aires, Argentina: Teseo, 2015. p. 361–376. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/16361>. Acesso em: 27 fev. 2025.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, SP, v. 20, n. 2, p. v–vi, jun. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 12 abr. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, RN, v. 1, n. 22, 2022.

TARGINO, Maria das Graças. Práxis bibliotecária. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, PB, v. 7, p. 26–33, 1997. Disponível em: <https://periodicos.bbn.ufpb.br/index.php/ies/article/view/352>. Acesso em: 4 abr. 2026.

